

# **(Re)traçar a teoria ator-rede: um ensaio teórico-epistêmico-metodológico sobre lacunas e limitações**

(Re)tracing the actor-network theory: a theoretical-epistemic-methodological essay on gaps and limitations

**André Guimarães**

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

## **RESUMO**

Com ênfase na questão ontológica e na polarização discursiva entre as correntes de pensamento semiótica e estruturalista, neste artigo, peça de concepção teórico-metodológica do seu trabalho de doutorado, o autor problematiza a Teoria Ator-Rede (TAR) a partir de críticas globais de outros autores colocadas em diálogo com controvérsias emergentes em sua pesquisa de mestrado. À luz da filosofia deleuze-guattariana e da ontologia analítica são feitas reflexões sobre os modos de produção do conhecimento no mundo ocidentalizado, que levam autores da TAR a considerar simetria, hibridismo, complexidade e multiplicidade na prática interna de seus estudos, mas corroborar oposições dicotomizadas e barreiras epistemológicas no campo amplo das ciências sociais. Postulam-se, então, outros termos e formas exploratórias que visam à expansão da TAR, na vertente da performatividade, a um estudo antropológico pleno – etnografia, etnologia e antropologia social –, de modo que se possa analisar as produções do ser-devir das realidades em suas possíveis multiplicidades e prováveis regularidades, considerando o tempo cotidiano das práticas e o tempo histórico dos fundamentos relacionais.

**Palavras-chave:** Semiótica, Estruturalismo, Ontologia, Lógica, Antropologia.

---

Recebido em 08 de novembro de 2022.  
Avaliador A: 17 de fevereiro de 2023.  
Avaliador B: 28 de fevereiro de 2023.  
Aceito em 10 de maio de 2023.

---



## ABSTRACT

With an emphasis on the ontological question and on the discursive polarization of semiotic and structuralist currents of thought, in this article, piece of theoretical-methodological conception of his doctoral work, the author problematizes the Actor-Network Theory (ANT) based on global criticisms by other authors placed in dialogue with emerging controversies in the author's research masters. In the light of Deleuze-Guattarian philosophy and analytical ontology, reflections are made on the modes of knowledge production in the westernized world, which lead authors of the ANT to consider symmetry, hybridity, complexity, and multiplicity in the internal practice of their studies, but corroborate oppositions dichotomies and epistemological barriers in the broad field of social sciences. Therefore, other exploratory terms and forms are postulated, aimed at expanding ANT, in terms of performativity, to a full anthropological study – ethnography, ethnology, and social anthropology –, so that one can analyze the productions of the being-becoming of realities in their possible multiplicities and probable regularities, considering the daily time of practices and the historical time of relational foundations.

**Keywords:** Semiotics, Structuralism, Ontology, Logic, Anthropology.

## INTRODUÇÃO

A TAR [Teoria Ator-Rede] não é uma “teoria”, ou, se for, então uma “teoria” não oferece necessariamente uma estrutura coerente, mas pode também ser um repositório aberto e adaptável. Uma lista de termos. Um conjunto de sensibilidades. A força da TAR, então, não é ser sólida, e sim adaptável. Reúne uma rica variedade de formas exploratórias e experimentais de sintonizar o mundo. Os termos e textos que circulam na TAR são dispositivos de coordenação. Eles movem tópicos e preocupações de uma situação para outra. Eles traduzem e revelam o que ajudam a analisar. Eles aguçam a sensibilidade de seus leitores, sintonizando-os com o que está acontecendo e com o que muda aqui, ali, em outros lugares. De um modo ou de outro, eles também atuam, não de um lugar de visão geral, mas sim de um modo de tratamento. Eles cuidam, eles intervêm. Eles mudam e adicionam sentidos (Mol, 2010, p. 265-266, tradução nossa).

Concebida inicialmente por Bruno Latour e Michel Callon entre 1978 e 1982 a partir da ideia de estudar relações entre humanos e produtos da ciência e tecnologia, a Teoria Ator-Rede (TAR) atraiu diversos acadêmicos das ciências sociais e humanas, como John Law e Annemarie Mol, entre outros, pelo mundo (Latour, 2012; Law, 2009; Mol, 2010). Assim, essa abordagem teórico-metodológica vem se consolidando como um conjunto de concepções e

estratégias sensíveis que possibilita estudar todos os “seres” do universo físico e discursivo como efeitos relacionais, híbridos e localizados, constituídos nas práticas cotidianas (Law, 2009; Mol, 2010). A noção de “ator-rede” é adotada como via de objetivação sociológica ante a percepção de “associações” entre elementos heterogêneos chamados atores, ou actantes, mediante a especificidade de suas interações no tempo-espaço da “teia” relacional em que se movem – a troca do termo “ator” por “actante”, tomado emprestado da semiótica linguística, se faz no sentido de elucidar a não restrição da capacidade de atuar ao humano e ao físico (Latour, 2012; Law, 2009). Nesse sentido, actantes humanos e não humanos – pessoas, entes diversos da natureza, instrumentos, ideias, afetos, discursos, instituições etc. – jamais serão tidos como puros em si, já que compartilham características de outros actantes (Latour, 2012).

Callon (1999) e Law (2009) afirmam que a TAR não é uma teoria, pois seus escritos não oferecem um método exato nem explicações que possibilitem repetições, confirmações, algo semelhante a uma *lei natural* ou *lei da natureza-cultura*. Mol (2010), no entanto, validando Latour (2006), relativiza a questão, propondo que é possível chamar a TAR de teoria desde que se altere o sentido da palavra “teoria”:

[...] se a TAR é uma teoria, então uma “teoria” é algo que ajuda os acadêmicos a se sintonizarem com o mundo, a ver, ouvir, sentir e saborear [...], é um repositório de termos e modos de se envolver com o mundo, um conjunto de reflexos metodológicos contrários (Mol, 2010, p. 162, tradução nossa).

Algumas aproximações epistêmico-ontológicas contribuem para fazer da TAR uma abordagem teórico-metodológica ao mesmo tempo aberta, adaptável e forte: I) o pós-estruturalismo (Williams, 2012) – que fragiliza as ideias de verdade, objetividade e razão e enfatiza a circulação do poder e a produção social de realidades, significados e sentidos, à luz de filósofos como Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Félix Guattari; II) o pragmatismo (Chateauraynaud, 2016) – que enfatiza as práticas envolvendo diferentes elementos entre si e os efeitos de transformação das realidades; III) o (pós-)construcionismo social (Berger; Luckmann, 2014) – que enfatiza o caráter associativo do mundo vivido e a historicidade das práticas sociais, incluindo a ciência como prática social, além dos pressupostos de hibridismo e simetria entre elementos comumente separados e hierarquizados pelas diferenças (humanidade e não humanidade; fisicalidade e discursividade); e IV) os estudos da complexidade (Morin, 2002) – que enfatizam a superação dos paradigmas da simplificação (disjunção-redução) e da linearidade da ciência moderna, com vistas a (re)agregar saberes pela via da transdisciplinaridade.

Em termos epistêmico-metodológicos, a TAR traz convergências expressivas com: I)

a semiótica (Greimas, 1993) – que toma a noção de actantes como “sujeitos gramaticais” que se transformam entre si por suas associações em percursos geradores de sentido, no decorrer de narrativas ou acontecimentos; II) a etnometodologia (Garfinkel, 2002) – que propõe ao pesquisador uma atitude compreensiva/descritiva para dar ênfase ao “como”, ou às práticas que geram efeitos sobre as realidades, diferentemente da postura explicativa, que dá ênfase ao “porquê”, ou aos elementos causais; e III) o *shadowing*, ou “sombreamento” (Czarniawska, 2007) – que propõe a noção de campo em movimento e o método de seguir os actantes acompanhando translações, interatuações, posicionamentos circunstanciais, transformações.

A primeira vertente da TAR, trabalhada por Latour, Callon e Law pela metáfora da construção, enfatiza a produção de realidades a partir dos efeitos dinâmicos da articulação entre actantes, buscando acompanhar processos de estabilidade e instabilidade do objeto (Callon, 1999; Latour, 2006, 2012; Law, 1999, 2009). Uma segunda vertente, trabalhada principalmente por Mol e Law, recorre à metáfora da performatividade, dando ênfase às maneiras como o objeto é “feito” em múltiplas versões nas práticas cotidianas, mediante interatuações circunstanciais de actantes em processos fluidos, abertos, contínuos, instáveis e inacabados (Law, 2009; Mol, 2005; Mol; Law, 2004).

Se, como sugere Mol (2010), a TAR pode ser descrita como um conjunto de termos, é também porque alguns termos conceituais servem de guia para o cientista se inserir na rede que constitui seu objeto, juntamente com seu aporte reflexivo, seus objetivos e suas estratégias de pesquisa. Munido desses instrumentos e inserido nas tramas do seu objeto empírico, o pesquisador pode rastrear os fios das interatuações que compõem circuitos de influência mútua e circunstancial entre actantes, mantendo o social plano, no minucioso trabalho cocriativo de administrar múltiplas associações actante-rede, produzindo junto e descrevendo realidades diversas e sempre objetivas em suas múltiplas camadas ou versões (Latour, 2006, 2012; Mol, 2010).

O termo que nomeia a teoria – *ator-rede* – traz a ideia de que, em qualquer circunstância, como parte do objeto sociológico, um actante jamais estará dissociado de uma rede em transformação constante, composta por outros actantes humanos e não humanos, físicos e discursivos, por isso o hífen (Latour, 2012). No binômio ator-rede, *ator* deve indicar tudo que atua na produção do ser-devir das realidades; já *rede* serve ao entendimento de que cada actante, como cada palavra de uma sentença, adquire identidade, formas e sentidos nas relações que estabelece (Latour, 2012; Mol, 2010). A noção de rede é contraponto à ideia de sociedade, enquanto ator/actante contrasta ao indivíduo, ou seja, na abordagem da TAR não há a sociedade ou o social coercitivo que coloca o indivíduo como intermediário de algo maior, há actante-

rede, associações, interatuações, sendo cada actante tomado como *mediador* que estabelece relações circunstanciais no cotidiano (Latour, 2006; 2012).

Dois termos conceituais são valorizados na TAR, especialmente para a vertente latouriana, no sentido de indicar situações a serem exploradas nas relações actante-rede. Oposto de *docilidade*, *recalcitrância* diz da atuação disruptiva ou resistente de um ou mais actantes no processo da pesquisa, expondo desierarquizações de saber-poder, instabilidades, heterogeneidades e polifonias presentes no campo, de modo a frustrar possíveis presunções e pretensões de controle do *observador* sobre o *observado*. Já *controvérsia* se refere às tensões e disputas presentes nas interatuações dos actantes, que fazem a força/o poder circular nas redes relacionais, conformando as realidades (Latour, 2012).

A vertente da performatividade da TAR traz outros termos para a compreensão das realidades em sua fluidez, abertura, instabilidade e incompletude nas práticas cotidianas. Mol (2005) define a pesquisa na linha da performatividade como *praxiografia*, uma etnografia descritiva-narrativa que considera a amplitude dos actantes que interatuam em episódios cotidianos e enfatiza as práticas do conhecimento como instrumentos ontológicos que performam realidades em uma *multiplicidade de versões*. Considerando que ser, saber e fazer estão mutuamente implicados, observam-se as condições de possibilidade para o ser-devir das realidades, não como dadas *a priori*, mas sendo moldadas e remoldadas nas práticas, com interatuações que implicam correlações de força/poder expressivas de *ontologias políticas* – uma dinâmica de performatividades em movimento a produzir múltiplas realidades e conhecimentos acerca do objeto (Law; Mol, 2002; Martin *et al.*, 2018; Mol, 1999, 2005).

Outros dois termos correlatos ajudam a demarcar espaços de observação e análise referentes às versões diversas do objeto, sempre performadas com instabilidade e fluidez no tempo-espaço: *socialidades*, para abordar os fluxos de associações e suas alterações nas dinâmicas de interatuação dos actantes-rede; e *materialidades*, para considerar formas ou arquiteturas que se constituem nas associações para as múltiplas realidades do objeto (Law; Mol, 1995).

Com as características brevemente descritas acima, a TAR vem demonstrando uma potência transdisciplinar com estudos sociais que atravessam diversas áreas do conhecimento (Law, 2009; D'Andréa, 2018). Contudo, entre acadêmicos afiliados à TAR ainda persistem discursos baseados em lógicas de separação-oposição e disjunção-redução que, ao polarizar as correntes de pensamento semiótica e estruturalista, mantêm barreiras epistemológicas difíceis de transpor.

Em face dessas circunstâncias, este artigo, primeiramente, reúne críticas globais referidas

à TAR por outros autores, discutindo-as em relação à prática empírica do trabalho de mestrado deste autor. Em seguida, recorre à filosofia de Deleuze e Guattari e à ontologia analítica para produzir reflexões que inspirem o preenchimento de lacunas e a superação de fronteiras internas às ciências sociais, que tendem a repercutir na manutenção de oposições dicotomizadas como generalidade vs. complexidade; fundamentos socio-históricos vs. práticas cotidianas; o social vs. as associações. Por fim, procura acrescentar outros termos e formas exploratórias que possam contemplar os aspectos discutidos e, quem sabe, desdobrar a potência trans da TAR do campo disciplinar para o epistemológico.

## CRÍTICAS GLOBAIS, CONTROVÉRSIAS LOCAIS

Law (2009) sugere que a TAR não fornece conhecimentos substancialmente abstratos, mas baseados em situações observadas em estudos de casos que oferecem sentidos para assimilar as bases epistêmico-metodológicas interseridas e estendidas na prática empírica, esta que, inevitavelmente, deve se desdobrar em teoria. É nesse movimento que os termos e as formas exploratórias da TAR se incorporam às práticas do conhecimento no campo empírico, isto é, no ambiente fluido no tempo-espço, em que o actante-rede pesquisador se insere com sua matriz de saberes e questionamentos, interagindo nas dinâmicas de produção de realidades (Kuhn, 2017; Law, 2009; Law; Mol, 2002). Em vista disso, este tópico discute críticas globais à TAR em diálogo com controvérsias emergentes na prática empírica de Guimarães (2018), que estudou em sua pesquisa de mestrado o caso da *criança com comportamentos externalizantes* – comportamentos impulsivos, classificados como problemáticos e tratados no âmbito da saúde mental.

Tummons (2021) explorou trabalhos de diferentes autores, retomados em análise para o presente ensaio, que tangenciam a epistemologia em ciências sociais e apontam os seguintes problemas referentes à TAR: I) a ênfase em ontologias planas produzidas em redes cotidianas poderosas e reificadas; II) a negação de sistemas constituídos socio-historicamente e com potencial explicativo, em termos de causalidades; III) a tendência a encobrir sistemas de dominação e poderes hegemônicos; IV) a imprecisão de seu fundamento ético, crítico e político; V) a concepção problemática de “agência”, ou *actância*, não humana; VI) a subserviência contínua dos actantes não humanos aos humanos, a despeito da proposta de uma abordagem simétrica e horizontal; VII) a dificuldade de descrever satisfatoriamente enredos entre humanos e não

humanos; VIII) a impotência de registrar fronteiras entre diferentes composições de actantes-rede; e IX) a incapacidade de tratar de formações sociais discrepantes em cenários como os de racialização, genderização etc. (Edwards; Fenwick, 2015; Hodder, 2014; Kale-Lostuvali, 2016; Law; Singleton, 2013; Mills, 2018; Sayes, 2017; Sturman, 2006; Waelbers; Dorstewitz, 2014).

Dentre as questões indicadas acima, as três primeiras parecem emergir exatamente da disputa epistemológica entre princípios adotados para objetivação do social: de um lado, os que orientam a abordagem de fundamentos socio-históricos com foco em regularidades, contextos ou “estruturas”; de outro, os que orientam a abordagem das práticas cotidianas enfocando socialidades, controvérsias, incertezas, multiplicidade. Assim sendo, barreiras epistemológicas e críticas mútuas tendem a se sustentar justamente no que distingue uma corrente de pensamento da outra. Isto é, uma dá ênfase a ontologias horizontalizadas a partir de “redes” cotidianas, e a outra, a ontologias verticalizadas a partir de “estruturas” socio-históricas, ambas tomadas como poderosas e de certo modo reificadas. Uma negligencia o que se produz no tempo histórico, a outra, o que se produz no tempo cotidiano. Tratando a política de formas diferentes, uma tende a encobrir as manifestações históricas de dominação e concentração de poder, e a outra, as manifestações cotidianas de ruptura e circulação de poder. Eis que essas primeiras críticas são condizentes com uma controvérsia local que emerge no estudo de Guimarães (2018): a relação da generalidade e dos fundamentos socio-históricos com a complexidade e as práticas cotidianas.

A historicidade que atravessa trajetórias agrega a cada actante-rede partes de outros com os quais interatuou em seu tempo de existência, fazendo-o híbrido e constituindo modos de projeção do ser-devir das realidades (Despret, 1999; Latour, 2012; Law; Mol, 2002). Em narrativas autorreferidas, uma pessoa, como actante-rede, pode compor descrições sobre si e suas relações a partir de regularidades socio-históricas. Em Guimarães (2018), as narrativas, inclusive a de uma criança de dez anos, não raro trazem sentenças em linguagem de simplificação/generalidade do tipo “Eu sou isso” ou “Aquilo é assim”, mostrando que o simples, o geral e o abstrato são frequentemente evocados do tempo histórico e emaranhados nas complexas práticas cotidianas.

No referido estudo de caso, as simplificações, abstrações e generalizações discursivas se dispersam nas práticas, com outras múltiplas versões de realidade performadas no fluir das narrativas e das interatuações de actantes (Guimarães, 2018). Aquelas versões simplificadas foram, conquanto, atuadas pelo actante humano a partir de ideias associadas a pressupostos de regularidade, do tipo “Se em parte considerável de minhas atuações eu tenho isso, logo pode-se dizer que eu sou isso”. Ou seja, esse tipo de versão também faz parte do actante-rede fluido,

instável e inacabado. Se esse modo de atuação que performa o simples, o geral e o abstrato ocorre no campo de um estudo em TAR, faz sentido manter a oposição estanque, nos debates epistemológicos, entre generalidade e complexidade, fundamentos socio-históricos e práticas cotidianas ou, como sugere Latour (2012), entre uma “sociologia do social” e uma “sociologia das associações”? Essa é uma das questões para as quais se buscam respostas a seguir.

As questões IV, sobre ética, crítica e política, e V, sobre a actância não humana, podem ser suficientemente respondidas a partir das já mencionadas bases epistêmico-ontológicas da TAR e de diversos dos seus estudos empíricos, que expõem argumentos bastante consistentes (Latour, 2012, 2020; Law; Singleton, 2013; Mol, 2008, 2005; Souza, 2015). A questão VI, tocante à subserviência do não humano ao humano, é a constatação do caráter antropocêntrico das relações no mundo ocidentalizado, o que não impede a inflexão empírica de simetria e horizontalidade proposta pela TAR. Ainda por isso, sim, é difícil descrever enredos entre humanos e não humanos – questão VII –, o que não significa a impossibilidade de fazê-lo, sendo necessário o esforço de atenção e criatividade para compor com equilíbrio os relatos de interatuações actantes-rede. O estudo de Guimarães (2018) confere certa centralidade aos humanos em seu texto descritivo, exprimindo as dificuldades apontadas nas questões VI e VII e reforçando expressamente a necessidade de cuidado na escrita dos relatos.

Sobre a impotência de registrar limites entre diferentes composições de actantes-rede – questão VIII –, é importante reafirmar que as redes em TAR são consideradas em seu caráter de abertura, logo, fronteiras possivelmente ideadas sempre serão permeáveis e terão tal permeabilidade observada na prática empírica. Alguns estudos em TAR, como o de Guimarães (2018), por questão didática e pela iminência de expressar fronteiras, apresentam diagramas cartográficos cujas cores diferenciam grupos de actantes-rede por processos, áreas de atuação ou modos de actância. Latour (2019) se aproxima do registro desses limites se referindo a “modos de existência” como características ontológicas trazidas à vista na prática empírica, com qualidades que podem aludir a materialidades do mundo, à metafísica ou à epistemologia; e propõe como modos, por exemplo, a política, a tecnologia e a religião, entre outros. De fato, não há impotência de registrar limites, mas, nas redes de um estudo em TAR, caso sejam traçados, limites devem ser apreciados com cuidado, como abstrações analíticas posteriores à descrição das interatuações sempre abertas entre actantes-rede.

Por fim, a questão IX, referente à incapacidade de abordar assimetrias sociais constituídas historicamente por marcadores da diferença, é um ponto crítico que também reverbera como controvérsia interna em Guimarães (2018), relativa à magnitude de práticas veladas ou não declaradas nas relações actante-rede. No caso da criança com comportamentos externalizantes,

essa questão emergiu pela circunstância de que a criança actante-rede de referência do estudo era racializada como negra e tinha o seu corpo periferizado social e territorialmente. A produção, a análise e a interpretação dos dados dessa pesquisa se deram na forma indicada na literatura da TAR e, nessa orientação, não reluziu no campo, seja pelas observações, seja pelas entrevistas, de modo manifesto, qualquer atuação direta na rede relacional da criança que referisse racialização ou periferização. Mas tais condições estavam ali, presentes o tempo todo e sendo reforçadas em algumas práticas, ainda que de modo velado, como quando foi apontado como problema de comportamento o fato de a criança dançar certas músicas com as quais se identificava – especialmente as produzidas por pessoas nativas de territórios periferizados e racializadas como negras, que sugerem sensualidades e relações de gênero. Tendo percebido esse ponto controverso e limitador no seu estudo em TAR, coube a Guimarães (2018) sugerir nas considerações que pesquisas futuras poderiam explorar de modo mais aprofundado os conflitos entre as culturas territoriais de centros e periferias e a associação de questões étnico-raciais e de gênero com os psicodiagnósticos baseados em comportamentos externalizantes.

Limitações como a exposta acima certamente guardam relação com a polarização entre fundamentos socio-históricos e práticas cotidianas, entre a sociologia do social e a sociologia das associações, efeito de persistentes barreiras epistemológicas. É provável que, para garantir em um estudo em TAR o reluzir de interatuações referentes a aspectos como marcadores da diferença e assimetrias sociais históricas, esses elementos precisem constituir o objeto e o problema de pesquisa, tornando-se o caso a ser estudado e ganhando enfoque nos roteiros metodológicos. Latour (2012) admite que as interatuações dos actantes são atravessadas por muitos ingredientes que vêm de outros tempos e espaços, sugere que o pesquisador possa se deslocar a outros lugares para encontrar as fontes de tais ingredientes; no entanto afirma que a ânsia de alcançar certos elementos, sem que eles tenham relampejado nos fios que associam os actantes, seria tirar o social do plano para buscar o “contexto” ou a “estrutura”. Em geral, nos estudos em TAR, um agregado socio-histórico pode ser considerado um actante-rede, em termos de discursos, instituições ou dispositivos, porém, para serem abordados, eles ainda precisarão aparecer de modo manifesto. Diante das dificuldades epistemológicas observadas, haveria algum instrumento de conciliação capaz de transpor as rígidas fronteiras conceituais fundadas em oposições dicotomizadas que limitam a TAR e fragmentam a sociologia e a antropologia?

## ENTRE ONTOLOGIAS, EPISTEMOLOGIAS E PRÁTICAS SOCIAIS

A ontologia, como passou a ser chamada no início do século XVII, antes chamada de metafísica (c. 60 a.C.), emerge nos escritos do filósofo Aristóteles (384-322 a.C.) como a “primeira filosofia”, ponto de partida para outros estudos filosóficos ou científicos, que se ocupa do “ser enquanto ser” ou do “ente enquanto ente” (Krause, 2017). No aristotelismo, a ontologia foca uma suposta natureza plena, integral e genérica do ser, de base metafísica, animista ou teológica; no heideggerianismo, o enfoque é dado a aspectos abrangentes e heterogêneos do ser, materiais e supramateriais, que possibilitam múltiplas existências; e, mais recentemente, chegou-se a uma “ontologia analítica”, cujo enfoque se dirige à relatividade do ser-devir com as lógicas que engendram determinadas ideias, cosmopercepções, conceitos, teorias ou epistemes<sup>1</sup> (Krause, 2017).

Consoante à ontologia analítica, as múltiplas maneiras de perceber e codificar as materialidades do mundo implicam um comprometimento ontológico que provém das lógicas que subjazem às projeções do ser-devir das realidades, expressas em linguagem e/ou imagem e aplicadas às práticas materiais (Krause, 2017). Todas as produções da mente humana, dos mitos de criação às teorias científicas, se constituem por tramas metafísicas implicadas na projeção do ser-devir das realidades e, ao serem compartilhadas culturalmente em uma mesma comunidade, essas tramas tendem a ter suas lógicas reproduzidas em interatuações diversas nas práticas sociomateriais (Alexander, 2015; Deleuze, 1988a; Krause, 2017).

São a linguagem e a imagem os meios pelos quais o humano codifica as materialidades do universo extracorpóreo e intercorpóreo percebidas através dos sentidos, produzindo saberes, identidades e discursos transmitidos e transformados em contínuos processos intersubjetivos e sociais por tradição, educação e práticas culturais (Corrêa da Silva, 2015; Fabrício, 2017; Krause, 2017). Estudos filosóficos e linguísticos têm alimentado a produção de conhecimento nas ciências sociais, tocando a questão ontológica e fundamentando paradigmas, teorias e práticas sociocientíficas, como nos casos dos estruturalismos e das semióticas materiais (Deleuze, 1988a; Descola; Scarso, 2016; Krause, 2017; Law, 2009).

Inspirada na metafísica de Platão (428-427 a.C.) e estendida a diversas ciências, a episteme estruturalista foi consolidada pelo linguista Ferdinand de Saussure (1857-1913), ainda

---

<sup>1</sup> Entenda-se por episteme o conhecimento humano associado a um determinado paradigma cujos estudos sobre características, percurso evolutivo, validade e limites compõem a epistemologia.

que este tivesse adotado o termo “sistema” e não “estrutura” para designar a língua como um todo cujas partes concorrem para uma organização global a partir das relações que estabelecem entre si (Rocha, 2016; Saussure, 1999). Foi o linguista Algirdas Greimas (1917-1992) que fundou a episteme semiótica, ao passar da semântica estrutural para a semiótica narrativa, e criou condições para a abordagem sociológica da TAR, indicando que os actantes de uma narrativa se transformam mútua e continuamente, produzindo novas formas e sentidos para si e para o todo, sendo sempre efeitos gerados nos percursos relacionais em que se localizam (Greimas, 1976, 1993). As discussões da temática ontológica na filosofia, alinhadas com questões linguísticas e imagéticas, vêm suscitando importantes repercussões para as ciências sociais e humanas, a ponto de, por via da antropologia, ser possível hoje dizer de uma “virada ontológica”<sup>2</sup>, pensando em uma metafísica social a partir de conceitos como “ontologia política” e “ontologia prática” (Deleuze; Guattari, 1996; Eitel; Meurer, 2021).

Os estudos filosóficos de Gilles Deleuze e Félix Guattari trouxeram fortes contribuições, ao problematizar, sem negações estereis, a episteme estruturalista, fragilizando a ideia de entidades sociais fixas e estáveis que fatalmente direcionariam as práticas intersubjetivas (Deleuze, 1988a; 1988b; Deleuze; Guattari, 1976, 1996). Nessa direção, a filosofia deleuze-guattariana faz uma crítica à metafísica platônica, base do pensamento representacionista e estruturalista, ao mesmo tempo que produz um pensamento da diferença, da multiplicidade e do devir (Agostinho, 2016; Deleuze, 1988a; Deleuze; Guattari, 1996).

Para Deleuze (1988a), o pensamento metafísico/ontológico que se encerra com a projeção de entidades duras e permanentes tanto distorce as realidades, apagando o seu caráter e sua dimensão de mobilidade e abertura, enquadrando e paralisando o ser, como apaga e inibe rupturas e transformações nas práticas cotidianas, silenciando as possibilidades do devir. Discursos estruturalistas instituem normatividades e ordenamentos sociais, com lógicas de desenvolvimento mantidas e reproduzidas a partir de pretensos “fundamentos” que passam a constituir “fundados”; ou seja, com base na projeção de ideias ou princípios abstratos não presentes, mas presentificados nas práticas, realidades tendem a ser determinadas, limitadas e reproduzidas (Agostinho, 2016; Deleuze, 1988a; Deleuze; Guattari, 1996).

A noção pós-estruturalista de “rizoma”, longe de negar percepções de possíveis sistemas continuados a partir de determinadas regularidades, ou seja, de supostas “estruturalidades” (fundamento/fundado), vem firmar a ideia de abertura do ser-devir a múltiplas possibilidades

---

2 A *virada ontológica*, atuada por antropólogos diversos, aponta para estratégias de descrição e análise que enfatizam a diferença e seus constituintes, permitindo que os dados etnográficos suscitem problemas epistêmico-ontológicos ao fragilizarem padrões e conceitos estabelecidos em epistemes hegemônicas (Armani, 2019).

(Deleuze; Guattari, 1996). Com o conceito de rizoma, Deleuze e Guattari (1996) pensam a imanência da realidade a partir de relações moventes que fluem no *continuum* tempo-espaco, rompendo sentidos de início, meio e fim lineares e apresentando uma ontologia indeterminada, cotidiana, prática, política, com multiplicidade e historicidade.

O rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual cresce e transborda. O rizoma é um sistema acentrado, não hierárquico e não significante. Sem General, sem memória organizadora, unicamente definido por uma circulação de estados (Deleuze; Guattari, 1996, p. 32-33).

Segundo os autores, como um sistema multidimensional e dinâmico em si mesmo, o rizoma adquire múltiplas formas, seja pelas ramificações em diversos sentidos na sua extensão superficial, seja pelas materialidades que expõe. Um rizoma conecta continuamente “cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais”; cada cadeia semiótica se faz análoga a um tubérculo que agrega uma diversidade de atos linguísticos, perceptivos, gestuais, reflexivos (Deleuze; Guattari, 1996, p. 15-16). A metáfora do rizoma, ainda que exponha o caráter fluido e inacabado do ser-devir das realidades, não exclui fundamentos socio-históricos e prováveis tendências não somente a estabilizações pontuais, mas também a regularidades determinadas por repetições, ambas expressas em alianças transversais ou em cadeias semióticas.

Law (2009) menciona que Latour chegou a observar a possibilidade de dizer “rizomas atuantes” em vez de “ator-rede”; o próprio Law (2004) diz haver pouca diferença entre o conceito de “agenciamento” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 33) e o conceito latouriano de “ator-rede”; e Mol (1999, 2005), ainda que não os referencie, adota notoriamente as ideias deleuze-guattarianas de multiplicidade e de uma ontologia fluida e inacabada que se apreende das práticas com suas mediações políticas. Contudo, até então, os autores da TAR parecem ter absorvido apenas em parte a filosofia da diferença que flui do engajamento ético-político de Deleuze e Guattari (Agostinho, 2016; Dosse, 2010).

Deleuze (1988a) faz uma crítica filosófica ao estruturalismo e ao representacionismo, denunciando os discursos dessas abordagens e seu poder de inibir e restringir práticas e mobilizações políticas a partir da imposição de limites e enquadramentos que levam a rígidos julgamentos para legitimação ou deslegitimação e incorporação ou exclusão em sistemas sociais instituídos historicamente (Agostinho, 2016). Mantendo a linha crítica e politicamente engajada no legítimo exercício do poder ideológico, Deleuze e Guattari seguem no sentido de propor uma outra abordagem, semiótica, que, por si só, instaura também outro discurso em oposição

política ao discurso estruturalista, que tende a expandir, em vez de limitar, as possibilidades de projeção e produção das realidades (Deleuze; Guattari, 1976, 1996).

De modo sumário, o que a obra de Deleuze e Guattari expõe em seu conjunto, sempre analisando linguagem, imagem, prática e política no sentido amplo, é que os modos de perceber, codificar e comunicar as realidades de um universo influem sobre as práticas e seus efeitos materiais e políticos. Os autores da TAR, por sua vez, produzem uma abordagem semiótica para atividades de pesquisa em ciências sociais, enfatizando os elementos e práticas que constituem realidades múltiplas no tempo cotidiano, e rechaçam em suas propostas metodológicas e analíticas a atenção a fundamentos e regularidades que remontam ao tempo histórico – matéria-prima para abordagens estruturalistas.

Em vista disso, esboçando uma interpretação actante-rede, talvez rizomática, sobre o caso das ontologias nas ciências sociais, pelos modos de perceber, codificar e produzir nas práticas as realidades do mundo, é possível se referir às abordagens e discursos estruturalistas e semióticos como versões performadas de modo político nas práticas sociocientíficas, como cadeias semióticas ou como tubérculos em um rizoma. Partindo dessa consideração, parece haver uma sutil contradição quando, a despeito da proposta de romper com oposições dicotomizadas e considerar complexidade, hibridismo e multiplicidade, Latour (2012), de modo estanque, separa e opõe a sua “sociologia das associações” (semiótica) à “sociologia do social” (estruturalista); para a prática sociocientífica, sugere que se desprezem fundamentos socio-históricos e prováveis regularidades. O mesmo parece ocorrer quando Annemarie Mol afirma a Martin e colaboradores (2018) que não há ontologia precedente às práticas de conhecimento, que somente há ontologias políticas, performadas nas práticas.

Tomando por referência o postulado em *Diferença e repetição* (Deleuze, 1988a), o que aqui foi mencionado como sutil contradição dos autores da TAR pode ser interpretado como uma expressão de “fundamento e fundado”. Isso porque, ainda que a proposta da TAR produza diferença em seu arcabouço teórico-metodológico pela abertura à simetria, à complexidade, à multiplicidade e ao hibridismo, passando ao âmbito ampliado das ciências sociais, seus autores reproduzem a lógica regular do sistema de produção científica do mundo ocidentalizado, de erguer barreiras entre saberes distintos com base em oposições dicotomizadas. O modo ocidental de produção epistêmico-científica, que se funda nas lógicas de separação-oposição e disjunção-redução, parece levar os autores da TAR a uma ruptura incompleta com o que tentam renegar do pensamento estruturalista, tendendo a deixar a prática teórico-metodológica e empírica da TAR aquém da ideia que pretende repercutir. Ou seja, quando os autores da TAR seguem a razão projetiva, relacional e organizadora do campo científico que habitam

– fundamento que opõe e polariza epistemes distintas –, sua abordagem atenta à simetria, à complexidade, à multiplicidade e ao hibridismo, enquanto “fundado”, mantém tal diferença limitada à sua prática interna, gerando outro fundamento, que também limita<sup>3</sup>.

Para Deleuze (1988a), é o encontro repetido e sucessivo entre corpos que faz a diferença em graus, de modo imperceptível, até que se alcança a diferença de natureza, aquela que se pode perceber, separar e opor. Nesse sentido, tendo em conta o par estruturalismo e semiótica, com sua diferença de natureza gerada por aproximações sucessivas entre corpos de pensamento, a separação e oposição da diferença, por si só, não seria um problema; aliás, é um processo básico da cognição humana. Desde Platão até hoje, o que tem representado um problema para a ontologia no mundo ocidentalizado é tão somente a reificação de uma ideia como modelo, que polariza e nega de modo entrincheirado ideias diferenciadas, alçando obstáculos que impedem o contato entre esses corpos para produzir mais diferença (Deleuze, 1988a). Tal problema parece se agravar no campo das ciências sociais com as disputas entre grupos acadêmicos e suas bases teórico-metodológicas, que tentam determinar, por exemplo, “o que faz o processo ontológico” e “onde se fazem as ontologias”, não raro com polarização similar às defesas ideológicas do campo político ordinário.

Negar o diferente, mesmo na ciência, seja de modo retórico, seja de modo prático, remete a um ato político que, no sentido *stricto*, fechado e defensivo, serve a campanhas de apoderamento e dominação de grupos ou territórios, mas, no sentido *lato*, na política própria do intelectual, com abertura ao diálogo e à crítica reflexiva, serve ao melhoramento da vida e das relações humanas e ecológicas (Guimarães, 2021). A rigor, do mesmo modo que de fato não existe a “estrutura” do estruturalismo, não existe a “rede” da TAR nem mesmo o “rizoma” deleuze-guattariano; os três conceitos metafóricos são pressupostos metafísicos, projeções imagético-discursivas tomadas como instrumentos para demarcar espaços de análise e produzir saberes e práticas a partir de um paradigma específico e com distintas lógicas de percepção e objetivação do social.

Mesmo fora da ciência, o humano desenvolveu habilidades para adentrar um ambiente complexo, como uma floresta, atuar junto aos entes, observar processos, socialidades, materialidades e múltiplas realidades moldadas e remoldadas em interatuações com o clima, o

---

3 “O fundamento é a operação do logos ou da razão suficiente” – fundar é determinar a partir de um modelo ideal e reificado de identidade, impondo ao que vem, por representação, a necessária posse de certos atributos essenciais e interiores que se exteriorizam e se medem pela menor ou maior diferença, gerando hierarquia; fundar, reproduzindo “o mesmo”, ainda que com diferenças hierarquizadas, expande e pereniza a representação; o fundamento cria ciclos de repetição por curvamentos que organizam ordens em que pretendentes ao modelo concorrem, no devir qualitativo, entre extremos valorativos do mais ao menos semelhante (Deleuze, 1988a).

terreno, as espécies animais e vegetais etc., e com isso compor uma narrativa descritiva rica em detalhes do cotidiano. No entanto o humano também desenvolveu habilidades para perceber e abstrair dessa mesma floresta regularidades que se assentam em fundamentos socio-históricos e formular descrições com qualificadores simples e gerais, como: essa floresta é densa, sua flora é alta e robusta, seu solo é úmido; ou mesmo classificá-la em uma categoria socialmente compartilhada: essa floresta é tropical. Ambas as situações trazidas acima, a primeira próxima de uma abordagem semiótica, a segunda próxima de uma abordagem estruturalista, de modo algum anulam uma à outra e, pelo contrário, servem de maneiras diferentes aos saberes e às práticas humanas, sendo facilmente contatáveis e comunicáveis.

A relatividade evocada para pensar a polarização forjada entre semiótica e estruturalismo no campo epistemológico, como pensamento e prática das ciências sociais, não tem a pretensão de enfraquecer a crítica deleuze-guattariana aos efeitos políticos e materiais de discursos que tentam reduzir o mundo a um conjunto de estruturas reificadas. Pelo contrário, o que se tenta fazer aqui é reforçar essa crítica e, ao mesmo tempo, repercuti-la sobre as práticas dos autores e pesquisadores da TAR para, num esforço transepistemológico, tentar encontrar outros termos e formas exploratórias que, como sugere Morin (2002), no caso das disciplinas, permitam, sim, separar e opor as epistemes pela diferença, mas também fazê-las se comunicar entre si, sem efetuar redução nem reificação – propósito a que se segue no próximo tópico.

## **OUTROS TERMOS, OUTRAS FORMAS EXPLORATÓRIAS**

Em *Investigação sobre os modos de existência*, Latour (2019) traz a ideia de uma pesquisa guiada diversamente por “nosso etnógrafo”, “nosso etnólogo” e “nosso antropólogo”. Essa proposta latouriana tem como partida a pesquisa em TAR, com o seu foco etnográfico em associações cotidianas, e segue para análises pós-TAR, com foco etnológico e antropológico em ontologias que emergem nas realidades empíricas, de maneira que se possa distinguir e explicar os tipos de associação que permitem à política ou à religião, por exemplo, dizer ou fazer aquilo que pretendem (Latour, 2019). Ao propor categorizações em termos de “modos de existência” não puros ou fechados em si, mas com distinções marcadas por padrões de conexão, actância e funcionamento que predispõem especificidades a certas redes, o autor franqueia os dados etnográficos da pesquisa em TAR para análises e comparações posteriores, baseadas em abstrações substantivas. Ao buscar identificar padrões de associação que seriam próprios

da “lei”, ou da “política”, ou da “religião”, ou da “tecnologia” etc., Latour (2019), ao estilo aristotélico, ainda que considerando multiplicidade, busca essências ou ontologias substanciais nas produções moderno-contemporâneas (Maniglier, 2012).

O modo como Latour (2019) estende o estudo etnográfico em TAR para um estudo antropológico com ênfase ontológica, entretanto, continua a suscitar problemas para uma produção de conhecimento multidimensional, transepistemológica e, quiçá, decolonial. Mesmo trazendo às ciências sociais essa ontologia relacional, actancial e processual, focando sistemas instituídos historicamente, Latour (2019) se volta a essências de realidades localizadas na modernidade eurocêntrica – a tecnologia, a política, a lei etc. Ademais, os “modos de existência” ainda não respondem suficientemente às questões epistêmico-ontológicas que vêm polarizando a TAR e as abordagens estruturalistas em ciências sociais por seus termos e formas exploratórias. O autor persiste na ideia de ontologias planas, concentradas no tempo cotidiano, a serem descritas, sem explorar socialidades para alcançar gêneses operacionais e continuidades conexas ao tempo histórico, ainda obstando ao pesquisador explorar e analisar os efeitos políticos e os nexos internos de fundamentos relacionais que atravessam tempos e espaços. Ante essas observações, o presente ensaio segue em seu esforço crítico, retomando princípios da vertente moliana da TAR (performativa) para compor outros termos e formas exploratórias.

Do arcabouço conceitual da TAR, alguns termos devem ser ressaltados, especialmente na vertente moliana, por sua importância para a pesquisa empírica no cotidiano: actante-rede, práticas, ontologias políticas, socialidades, materialidades, multiplicidade, versões (Law; Mol, 1995, 2002; Martin *et al.*, 2018; Mol, 1999, 2005). Conquanto, importa ponderar que esses termos se aplicam sobretudo ao primeiro enfoque do processo antropológico, a etnografia, que consiste da descrição/tradução de práticas e realidades por meio de imersão no ambiente cotidiano, observação participante, entrevistas, análise descritiva e escrita narrativa (Descola; Scarso, 2016; Geertz, 2014; Ingold, 2015).

Algumas pesquisas em TAR ultrapassam pouco a etnografia/praxiografia (Mol, 2005), mas outros trabalhos já buscam efetivar uma etnologia, dimensão do *continuum* antropológico que implica categorizações indutivas e abstrações analíticas sobre os dados etnográficos (Descola; Scarso, 2016; Geertz, 2014; Ingold, 2015). Numa pesquisa em TAR, para o trabalho etnológico são especialmente importantes os termos multiplicidade e versões, pois indicam categorias empíricas e suscitam abstrações analíticas (Mol, 2005, 2008).

A tarefa da antropologia social, ponto máximo do método antropológico, envolve um processo hipotético-dedutivo e comparativo, com o levantamento de conjecturas a serem

validadas pelos dados etnográficos (Descola; Scarso, 2016; Evans-Pritchard, 2011). Até a obra *Investigação sobre os modos de existência* (Latour, 2019), na vertente da construção, os estudos em TAR não alcançavam um processo antropológico integral, limitando-se aos registros descritivo-narrativos e analíticos locais das interatuações de actantes-rede. Mas para estender a pesquisa em TAR, na vertente da performatividade, a um estudo de antropologia social, considerando o *continuum* tempo cotidiano e tempo histórico<sup>4</sup>, práticas cotidianas e fundamentos socio-históricos, é preciso alcançar e seguir a força capaz de fazer o pesquisador transladar nas duas dimensões temporais, sem que se configure uma guinada forçada.

A proposta de trânsito intelectual do pesquisador social entre o tempo cotidiano das práticas e o tempo histórico dos fundamentos relacionais já aparece em trabalhos referenciados em Mary Jane Spink (2013), com sua abordagem das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano (PDPSC), cujo embasamento é o pós-construcionismo social e a linguística bakhtiniana. Nativa da psicologia social discursiva, a abordagem das PDPSC vem inspirar a forma exploratória que aqui se passa a delinear pela distinção conceitual que faz entre “discurso”, oriundo do tempo histórico e associado ao pressuposto de regularidade; e “práticas discursivas”, exercidas no tempo cotidiano e associadas ao pressuposto de polissemia, sendo passíveis de ruptura, ressignificação e produção de sentidos múltiplos (Spink, 2013).

De acordo com a autora, a força a ser seguida pelo pesquisador em PDPSC no trânsito entre o tempo cotidiano e o tempo histórico é a força das ideias que, vindas de discursos instituídos historicamente, são compartilhadas socialmente e assimiladas em parte pelas pessoas em seu tempo vivido. Carregando consigo as ideias que assimilam em memórias identitárias mais ou menos estáveis, os indivíduos compõem seus “repertórios interpretativos” da realidade e os expressam com fluidez e instabilidade em interatuações nas práticas discursivas do tempo cotidiano, o que possibilita posicionamentos e a produção de sentidos múltiplos e circunstanciais (Spink, 2013). Em posse do entendimento enunciado pela abordagem das PDPSC e por sua inspiração, o que se propõe aqui, com vistas a um estudo antropológico integral pós-TAR, é ampliar esse modo de compreensão, ora situado no campo das práticas discursivas, para o campo das práticas materiais, que não deixam de incluir linguagem e imagem. Desse modo, como ocorreu na emergência das correntes estruturalista e semiótica nas ciências sociais, uma abordagem para estudos linguístico-discursivos pode contribuir com a antropologia em

---

<sup>4</sup> Entender tempo cotidiano e tempo histórico como um *continuum* vai na direção de superar o dualismo opositivo imposto a essas dimensões temporais pela polarização discursiva entre os pensamentos semiótico e estruturalista nas ciências sociais, para admitir a hipótese de que as possíveis multiplicidades das ontologias práticas são analiticamente atreladas a fundamentos ontológicos precedentes que ensejam prováveis regularidades lógicas.

estudos materiais, desta vez com o potencial de romper barreiras epistemológicas. Nessa nova orientação, no entanto, a força a ser seguida pelo pesquisador entre o tempo cotidiano e o tempo histórico nos estudos em TAR não seria bem a força das ideias.

Ao longo deste texto, o termo “lógica” foi evocado algumas vezes para referir modos como o humano opera percepções e projeções do ser-devir das realidades, expressos por linguagem e imagem, fundando concepções, paradigmas, teorias e práticas. O recurso tomado como inspiração e testado de modo ainda incipiente nas reflexões deste texto é o que se tem chamado de ontologia analítica. Trata-se da estratégia filosófica que busca compreender o ser-devir a partir de sua relatividade com as lógicas subjacentes a certas ideias, cosmopercepções, conceitos, teorias ou epistemes (Corrêa da Silva, 2015; Krause, 2017; Sell, 2021).

A abertura ao contato com os corpos epistêmico-metodológicos da ontologia analítica, da antropologia geral e da semiótica na filosofia deleuze-guattariana, na TAR e nas PDPSC veio produzir diferença com termos e formas exploratórias que podem servir de expedientes para transpor barreiras epistemológicas, locais e temporais, na proposta de um estudo em antropologia social pós-TAR. Assim, postula-se, em acréscimo à TAR, uma *ontologia social analítica* que propõe seguir a força das *lógicas sociais* a partir do tempo cotidiano das práticas até o tempo histórico dos fundamentos relacionais, para que se possa denotar origens, percursos e regularidades e estabelecer comparações ampliadas.

Lógicas sociais são fórmulas predicativas, termos que compõem códigos das relações-em-si e exprimem atos-efeitos constituindo o ser-devir das realidades em dinâmicas que envolvem mobilidades psicossociais nas dimensões perceptivas, afetivas, cognitivas, criativas, comunicativas etc., com os saberes e práticas do humano na relação com os entes do mundo. Como fórmulas predicativas, lógicas sociais produzem nexos, sentidos, efeitos físicos e metafísicos, expressando modos de actância suscetíveis de prováveis regularidades e possíveis multiplicidades. Termos de lógica social encadeados e associados a um regime temporal de longo prazo podem compor ideias, teorias, paradigmas, epistemes, discursos, sistemas de entendimento ou doutrinários etc. Tais sistemas tendem a legislar o ser-devir das realidades e, quando disseminados por tradição, educação ou imposição, passam a regular práticas materiais no âmbito coletivo, mas serão sempre, em alguma medida, passíveis de ruptura. Ainda que se possa dizer de sistemas compostos ou de fundamentos sistêmicos que expressam encadeamentos de termos lógicos com pressuposto de regularidade, lógicas sociais, em si, não se confundem com “estruturas”, nem mesmo com as abstrações substantivas propostas em Latour (2019).

Por não se confundirem com “estruturas”, não se deve referir lógicas sociais com termos que exprimem estabilidade como os terminados no sufixo “ismo”, mas sempre com termos

que expressem ato-efeito, como os terminados nos sufixos “ção”, “mento”, “ência”, “ura”. No decurso deste estudo, lógicas sociais foram expressas a partir de enunciados predicativos como “separação-oposição e disjunção-redução” – utilizados para referir lógicas que subjazem ao modo de produção epistêmico-científica predominante no mundo ocidentalizado. Lógicas sociais podem ser abstraídas de um objeto de análise ou de um corpo empírico observado no tempo cotidiano e podem requerer a busca de suas origens e percursos no tempo histórico para orientar a interpretação de prováveis regularidades; são como genes, que têm ascendência do tempo histórico ao tempo cotidiano. Elas podem ser percebidas no ambiente ecológico, assimiladas e reproduzidas pelo humano, mas também podem ser criadas, rejeitadas, anuladas, invertidas, alternadas ou mescladas com diversas lógicas sociais, de modo a influir, nas práticas cotidianas, em ontologias políticas, a produção das múltiplas versões de realidade que se tornam objeto empírico da TAR.

A etnografia moliana (praxiografia) mantida como trabalho primordial nessa proposta de estudo antropológico pós-TAR, se concentra em descrever actantes-rede interagindo nas práticas e compondo politicamente as socialidades e materialidades que produzem múltiplas versões do objeto. Desse modo, a praxiografia, ao focar a dinâmica de performatividades em movimento (ontologias políticas), os modos de associação e interação entre actantes (socialidades) e as arquiteturas dos sistemas ou realidades que se constituem e se transformam nas relações (materialidades), tende a priorizar as formas, as exterioridades – relações-para-si do objeto (Corrêa da Silva, 2015; Law; Mol, 1995; Martin *et al.*, 2018).

Seguindo para a etnologia no estudo em TAR, ainda com atenção às práticas e às versões múltiplas, fluidas e instáveis que se formam do objeto, as categorizações indutivas e abstrações analíticas sobre os dados etnográficos poderiam manter atenção às formas; porém, com vistas à tarefa seguinte, da antropologia social, é importante transpor atenção para os conteúdos, as interioridades, as relações-em-si do objeto (Corrêa da Silva, 2015; Descola; Scarso, 2016). Esse caminho deve conduzir a categorizações e abstrações que considerem as fórmulas predicativas do ser-devir das realidades, ainda guiadas pelos termos “ontologias políticas”, “socialidades” e “multiplicidade”, porém passando do termo “materialidades”, que se refere às formas, ao termo “lógicas sociais”, que se refere aos conteúdos<sup>5</sup>.

Mas como apreender as lógicas sociais dos dados etnográficos? Primeiramente, é

---

5 Uma estratégia propícia ao desenho do trabalho etnológico seria a cartografia de inspiração deleuze-guattariana (Deleuze; Guattari, 1996; Prado Filho; Teti, 2013), que, alinhada à proposta deste ensaio, deve aprofundar a percepção das interações nos jogos de produção de realidades, buscando categorias empíricas que comportem as lógicas sociais intrínsecas nas práticas do fazer-ser-saber, ou seja, as fórmulas predicativas que exprimem atos-efeitos e compõem códigos das relações-em-si do objeto.

importante considerar pelo menos três pressupostos: I) lógicas sociais tanto organizam como se expressam em ideias, cosmopercepções, discursos, conceitos, teorias e práticas; II) existem lógicas sociais básicas e gerais de projeção do ser-devir das realidades pelo humano, ligadas radicalmente aos sentidos, à percepção e às primeiras cognições: diferenciação-identificação e separação-oposição – que desencadeiam outras possíveis lógicas: paridade-complementação ou classificação-hierarquização etc.; III) a temporalidade do ato-efeito de uma fórmula predicativa – momentânea, curta, média, longa – influi no encadeamento de lógicas sociais seguintes e nos regimes temporais e espaciais das práticas (Deleuze, 1988a; Descola; Scarso, 2016; Krause, 2017).

Isto posto, a matéria para a apreensão de lógicas sociais nos dados etnográficos será o *continuum* prática-efeito-saber, pois, se este gera em ontologias políticas a diferença nas formas, ou nas relações-para-si do objeto, ele também pode ser traduzido pelas lógicas sociais que encadeia como o conteúdo, ou como as relações-em-si do objeto. Contatos múltiplos e sucessivos entre corpos actantes produzem diferenças que, quando percebidas em dinâmicas psicossociais, tendem a ser separadas e opostas, gerando controvérsias e o consequente acionamento e encadeamento de lógicas sociais diversas nas ontologias políticas que performam realidades cotidianas (Deleuze, 1988a; Mol, 1999). Assim, seguindo as práticas e os decorrentes efeitos de diferenciação nas formas do objeto, se alcançam as lógicas sociais encadeadas e provavelmente evocadas de saberes e modos de organização social ancestrais compartilhados e assimilados pelo humano nas relações históricas de actantes-rede.

Para seguir a força das lógicas sociais será preciso estar com os dados etnográficos organizados em categorizações indutivas e munido de abstrações analíticas acerca dos enunciados predicativos apreendidos das práticas e seus efeitos – a etnologia. Nessas condições, o pesquisador em TAR estará apto a avançar ao ponto da antropologia social, transladando ao tempo histórico para uma *genealogia das práticas* a partir das lógicas sociais que as atravessam, desenvolvendo comparações, levantando hipóteses e testando sua validade em relação aos dados etnográficos (Descola; Scarso, 2016; Evans-Pritchard, 2011).

Com o instrumento da ontologia social analítica, o pesquisador em TAR faz o traslado intelectual do tempo cotidiano ao tempo histórico para seguir a força das lógicas sociais expressas nas ontologias políticas das práticas, em busca de suas origens e percursos nas produções antepassadas, de modo a alcançar em termos metodológicos o que se pode chamar de uma *antropologia ontológica analítica*. Por efeito, a extensão da pesquisa em TAR a um estudo que concilie compreensão e explicação, o “como” da semiótica pragmatista e o “porquê” do estruturalismo, nos termos e formas aqui propostos, deve consubstanciar em seus resultados

*ontologias sociogenéticas*. Desse modo, talvez se possa começar a desfazer o congelamento das categorias e dos conceitos, descentrando e descoisificando os imaginários do ser, com o potencial de expor processos de colonialidade ontológica (Corrêa da Silva, 2015; Deleuze; Guattari, 1996; Maldonado-Torres, 2007).

## PONDERAÇÕES CONTINUADAS

Aproveitando o pressuposto de abertura e adaptabilidade da TAR enunciado por Mol (2010), este trabalho buscou analisar lacunas e limitações dessa abordagem teórico-metodológica, na tentativa de acrescentar algo aos seus termos e formas exploratórias. Para seguir tal intento, foram evocadas críticas globais de diversos autores referentes à TAR para discuti-las em relação a controvérsias emergentes na prática empírica da pesquisa de mestrado deste autor. Em seguida, à luz da ontologia analítica e da filosofia deleuze-guattariana, foram produzidas reflexões sobre os modos tradicionais de produção do conhecimento no mundo ocidentalizado, que levam autores da TAR à contradição de considerar simetria, hibridismo, complexidade e multiplicidade na prática interna de seus estudos, mas corroborar dicotomias e barreiras epistemológicas no campo amplo das ciências sociais. Sem rígidas pretensões, esse exercício teve como efeito o postulado de outros termos e formas exploratórias que expandem o estudo em TAR, na vertente da performatividade, a um estudo de antropologia social, considerando o *continuum* tempo cotidiano e tempo histórico.

Não se ambicionou produzir aqui algo espetacularmente novo, criar mais uma marca para polarizar e concorrer com outras produções acadêmicas, na lógica da obsolescência-inovação, própria do capitalismo (Guimarães, 2021). Buscou-se, na verdade, valorizar a multiplicidade e a diferença em conhecimentos da filosofia e das ciências sociais e humanas, colocando, como sugere Deleuze (1988a), corpos em contato para produzir mais diferença: os saberes, questionamentos e aspirações intelectuais deste autor, a ontologia analítica, a antropologia geral e a semiótica da filosofia deleuze-guattariana, da TAR e das PDPSC. O que se alcançou, conforme está no próprio título deste texto, foi um (re)traçamento da Teoria Ator-Rede, uma proposta de expansão do seu corpo com materiais existentes em diferentes pontos de um “rizoma” que ainda insistem em desagregar com barreiras epistemológicas.

Inspirado na atitude filosófica de Deleuze e Guattari, a proposta é que se alcance uma práxis antropológica nômade, que possibilite ao pesquisador imergir no sistema do tempo

cotidiano, chamado de “rede” na linguagem de complexidade da TAR, e, posteriormente, transladar ao sistema continuado do tempo histórico, referido enquanto “estrutura” na linguagem de generalidade de outras abordagens das ciências sociais. Tira-se o social do plano? Não e sim. Não, na atividade de pesquisa empírica e descrição/tradução das práticas cotidianas, conforme propõe a TAR. Sim, quando, no processo de interpretação dos dados etnográficos/praxiográficos, se passa a seguir as lógicas sociais daquelas práticas até seus prováveis fundamentos sistêmicos, em traslado no *continuum* tempo cotidiano e tempo histórico. Porém nesse movimento de translação intelectual do pesquisador não se produzem verticalidades, mas se exploram transversalidades rizomáticas.

Assim, os produtos a serem desenvolvidos a partir desta proposta de trabalho antropológico pós-TAR devem expressar a continuidade de projeções que guardam relação com produções anteriores e tendem a se prolongar em projeções seguintes, nos contatos e movimentos fluidos que dão conta do ser-devir como probabilidade e possibilidade, no *continuum* tempo histórico, tempo cotidiano e tempo projetivo (Corrêa da Silva, 2015; Deleuze; Guattari, 1996; Law, 2009; Mol, 2005).

## REFERÊNCIAS

1. AGOSTINHO, Larissa Drigo. Por uma anarquia coroada: ontologia e política em Deleuze e Guattari. **Poiesis – Revista de Filosofia**, Montes Claros, v. 13, n. 1, p. 80-98, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/poiesis/article/view/1691>. Acesso em: 05 jul. 2021.
2. ALEXANDER, Jeffrey. **Theoretical Logic in Sociology: Positivism, Presuppositions, and Current Controversies**. London: Routledge, 2015.
3. ARMANI, Carlos Henrique. A história intelectual e a virada ontológica na antropologia. **História – Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 20, n. 1, p. 36-52, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.1n.20.10410>. Acesso em: 5 jul. 2021.
4. BERGER, Piter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2014.
5. CALLON, Michel. Actor-network theory – the market test. In: LAW, John; HASSARD, John. **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. p. 181-195.
6. CHATEAURAYNAUD, Francis. Pragmatique des transformations et sociologie des controverses: Les logiques d’enquête face au temps long des processus. In: CHATEAURAYNAUD, Francis; COHEN, Yves (org.). **Histoires pragmatiques: raisons pratiques**. Paris: EHESS, 2016. p. 349-385.

7. CORRÊA DA SILVA, Armando. Ontologia analítica: teoria e método. **Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p. 129-133, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/107>. Acesso em: 5 jul. 2021.
8. CZARNIAWSKA, Barbara. **Shadowing and other techniques for doing fieldwork in modern societies**. Liber: Malmö, 2007.
9. D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. **Galáxia**, São Paulo, v. 38, p. 28-39, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554234208>. Acesso em: 5 jul. 2021.
10. DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.
11. DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1988b.
12. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1996.
13. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
14. DESCOLA, Philippe; SCARSO, Davide. A ontologia dos outros: entrevista com Philippe Descola. **Revista de Filosofia Aurora**, Campinas, v. 28, n. 43, p. 251-276, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.7213/aurora.28.043.EN01>. Acesso em: 5 jul. 2021.
15. DESPRET, Vinciane. **Ces émotions que nous fabriquent**. Paris: Lês Empecheurs de Penser en Rond.
16. DOSSE, Francois. Os engajamentos políticos de Gilles Deleuze. **História – Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 151-170, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v0i53.24120>. Acesso em: 5 jul. 2021.
17. EDWARDS, Richard; FENWICK, Tara. Critique and politics: a sociomaterialist intervention. **Educational Philosophy and Theory**, London, v. 47, n. 13-14, p. 1.385-1.404, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00131857.2014.930681>. Acesso em: 5 jul. 2021.
18. EITEL, Kathrin; MEURE, Michaela. Introduction: exploring multifarious worlds and the political within the ontological turn(s). **Berliner Blätter**, Berlin, n. 84, p. 3-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18452/22952>. Acesso em: 5 jul. 2021.
19. EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Antropologia social**. São Paulo: Edições 70, 2011.
20. FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma INdisciplinaridade radical. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 599-617, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201711426>. Acesso em: 5 jul. 2021.
21. GARFINKEL, Harold. **Ethnomethodologys program: working out Durkheim's aphorism**. Oxford: Rowman & Littlefield, 2002.
22. GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

23. GREIMAS, Algirdas Julius. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1976.
24. GREIMAS, Algirdas Julius. **Maupassant – a semiótica do texto: exercícios práticos**. Florianópolis: EDUFSC, 1993.
25. GUIMARÃES, André Luís Pereira. Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático. **Novos Olhares Sociais**, Cachoeira, v. 4, n. 1, p. 146-179, 2021. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/view/574>. Acesso em: 5 jul. 2021.
26. GUIMARÃES, André Luís Pereira. **Fios que urdem tecituras: práticas e sentidos constituindo versões da criança com comportamentos externalizantes**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Comunitária) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29135>. Acesso em: 5 jul. 2021.
27. HODDER, Ian. The Entanglements of Humans and Things: A Long-term View. **New Literary History**, Baltimore, v. 45, n. 1, p. 19-36, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/nlh.2014.0005>. Acesso em: 5 jul. 2021.
28. INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. In: INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 327-348.
29. KALE-LOSTUVALI, Elif. Two sociologies of science in search of truth: Bourdieu versus Latour. **Social Epistemology**, London, v. 30, n. 3, p. 273-296, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02691728.2015.1015062>. Acesso em: 5 jul. 2021.
30. KRAUSE, Décio. **Tópicos em ontologia analítica**. São Paulo: Unesp, 2017.
31. KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2017.
32. LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 339-352, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p339-352>. Acesso em: 5 jul. 2021.
33. LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. Salvador: EDUFBA/Edusc, 2012.
34. LATOUR, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos**. Petrópolis: Vozes, 2019.
35. LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
36. LAW, John. Actor-Network Theory and Material Semiotics. In: TURNER, Bryan (ed.). **The New Blackwell Companion to social theory**. Oxford: Blackwell, 2009. p. 141-158.
37. LAW, John. After ANT: complexity, naming, and topology. In: LAW, John; HASSARD, John (org.). **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. p. 1-14.
38. LAW, John. **After method: mess in social science research**. London: Routledge, 2004.

39. LAW, John.; MOL, Annemarie. Notes on materiality and sociality, **The Sociological Review**, London, v. 43, n. 2, p. 274-294, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1995.tb00604.x>. Acesso em: 5 jul. 2021.
40. LAW, John; MOL, Annemarie (ed.). **Complexities: social studies of knowledge practices**. Durham: Duke University Press, 2002.
41. LAW, John; SINGLETON, Vicky. ANT and politics: working in and on the world. **Qualitative Sociology**, London, v. 36, n. 4, p. 485-502, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11133-013-9263-7>. Acesso em: 5 jul. 2021.
42. MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 127-167.
43. MANIGLIER, Patrice. Un tournant métaphysique? **Critique**, Paris, v. 786, n. 11, p. 916-932, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/criti.786.0916>. Acesso em: 5 jul. 2021.
44. MARTIN, Denise *et al.* Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: uma entrevista com Annemarie Mol. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, n. 64, p. 295-305, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0171>. Acesso em: 5 jul. 2021.
45. MILLS, Tom. What has become of critique? Reassembling Sociology after Latour. **British Journal of Sociology**, London, v. 6, n. 2, p. 286-305, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12306>. Acesso em: 5 jul. 2021.
46. MORIN, Edgard. **Educação e complexidade: os setes saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2002.
47. MOL, Annemarie. Actor-Network Theory: sensitive terms and enduring tensions. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, Köln, v. 50, n. 1, p. 253-269, 2010. Disponível em: <https://dare.uva.nl/search?identifier=75bbc661-0a89-475a-9eef-8c8c5a2e9904>. Acesso em: 5 jul. 2021.
48. MOL, Annemarie. Ontological politics: a word and some questions. In: LAW, John; HASSARD, John (org.). **Actor-Network Theory and After**. Oxford: Blackwell, 1999. p. 74-89.
49. MOL, Annemarie. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham; London: Duke University Press, 2005.
50. MOL, Annemarie. **The logic of care: health and the problem of patient choice**. London: Routledge, 2008.
51. MOL, Annemarie; LAW, John. Embodied action, enacted bodies: the example of hypoglycemia. **Body & Society**, Thousand Oaks, v. 10, n. 2-3, p. 43-62, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1357034X04042932>. Acesso em: 5 jul. 2021.
52. PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão, A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 38, p. 45-59, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_)

- arttext&pid=S0104-65782013000100004. Acesso em: 5 jul. 2021.
53. ROCHA, Thomas. Saussure: leitor de Platão. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. esp., p. 126-143, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2016.s.22188>. Acesso em: 5 jul. 2021.
  54. SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1999.
  55. SAYES, Edwin. Marx and the critique of Actor-Network Theory: mediation, translation, and explanation. **Distinktion – Journal of Social Theory**, London, v. 18, n. 3, p. 294-313, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1600910X.2017.1390481>. Acesso em: 5 jul. 2021.
  56. SELL, Carlos Eduardo. A ontologia social analítica: por uma interlocução com a teoria sociológica. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, e20190208, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.2.238>. Acesso em: 5 jul. 2021.
  57. SOUZA, Iara Maria de Almeida. A noção de ontologias múltiplas e suas consequências políticas. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 49-73, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n2p49>. Acesso em: 5 jul. 2021.
  58. SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Edição Virtual, 2013.
  59. STURMAN, Susan. On black-boxing gender: some social questions for Bruno Latour. **Social Epistemology**, London, v. 20, n. 2, p. 181-184, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02691720600784428>. Acesso em: 5 jul. 2021.
  60. TUMMONS, Jonathan. Ontological pluralism, Modes of existence, and Actor-Network Theory: upgrading Latour with Latour. **Social Epistemology**, London, v. 35, n. 1, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02691728.2020.1774815>. Acesso em: 5 jul. 2021.
  61. WAELBERS, Katinka; DORSTEWITZ, Philipp. Ethics in actor-networks, or: What Latour could learn from Darwin and Dewey. **Science and Engineering Ethics**, London, n. 20, p. 23-40, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11948-012-9408-1>. Acesso em: 5 jul. 2021.
  62. WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

*André Guimarães*

Doutorando em Saúde Pública com ênfase em Ciências Sociais em Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5845-4097>. E-mail: [psiaguimaraes@gmail.com](mailto:psiaguimaraes@gmail.com)